

Chiarelli alerta sindicatos

O ministro Carlos Chiarelli está convencido de que faltam, tanto aos empresários quanto aos trabalhadores, informações suficientes sobre as vantagens que o salário-educação oferece e também acredita que será possível envolver os sindicatos de trabalhadores na fiscalização dos recursos.

Mas as grandes empresas estatais e privadas demonstram, com clareza, que sabem tirar parte das vantagens oferecidas pelo salário-educação. Praticamente todas as empresas de maior porte fazem opção pelo SME, deduzindo, com isto do imposto devido, os recursos correspondentes ao pagamento de bolsas de estudo para os empregados e filhos entre sete e 14 anos.

Duas vantagens imediatas decorrem desta opção, segundo o diretor de recursos humanos de um grande grupo comercial paulista: a primeira, de efeito "psicológico" porque aparentemente, a empresa paga, mesmo que parcialmente estudo do trabalhador e de seus filhos; e a segunda, porque a lei estabelece que a devolução do valor da bolsa de es-

tudos seja feita trimestramente e, como os reajustes que incidem sobre a bolsa de estudos são inferiores, em geral, aos índices correntes, há um ganho efetivo, por parte das empresas, durante o período em que o dinheiro fica retido.

Estas vantagens, porém, não têm sido suficientes para atrair mais empresas, principalmente as pequenas. De fato, o volume arrecadado pelo FNDE é significativamente maior do que a arrecação pelos IAPAS. Mas boa parte desses recursos acaba como DBE, sem ser usada efetivamente. Isto acontece, principalmente, porque o custo da bolsa está muito abaixo dos valores de mercado.

Um bom exemplo é a escola própria mantida pela Sadia no município de Concórdia, a 600 quilômetros de Florianópolis. Dos Cr\$ 3,5 milhões arrecadados mensalmente pela empresa em 1990, apenas Cr\$ 172 mil ficaram na escola, segundo o diretor financeiro da Sadia, Nelson Bonissoni. Na totalização geral, isso representa pequena parte das despesas mensais.